

“Comércio externo é a saída da crise”

Adriana Fernandes e Fabio Graner – Brasília

Nelson Barbosa: secretário de Política Econômica; secretário afirma que a palavra que entra na agenda do País agora, após a freada global, é competitividade

O governo pretende atuar com medidas pontuais e objetivas para aumentar a competitividade da economia brasileira no mercado internacional e enfrentar o problema cambial. A informação é do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que avaliou que, no futuro próximo, não há risco de uma nova crise cambial no País. Competitividade, disse ele, é o nome da nova agenda na fase atual de saída da crise e retomada econômica.

A volatilidade da taxa de câmbio, afirmou, está associada ao fato de o real ser bastante sensível aos preços das commodities. O dólar, admitiu, pode cair ainda mais. Leia os principais trechos da entrevista, concedida esta semana ao Estado:

Qual é agenda econômica a partir de agora, com a saída da crise?

A competitividade externa do Brasil, que já era uma questão antes da crise. O desafio é direcionar os ganhos das atividades de commodities para toda a economia, para que isto aumente a competitividade das empresas e da mão de obra e para que se tenha crescimento para todo o País.

Há o risco de uma crise cambial logo mais a frente?

Não há risco no futuro próximo. Temos alto volume de reservas e entrada de investimentos diretos que cobre o déficit em conta corrente. O câmbio é um problema mais de desenvolvimento produtivo do que de instabilidade cambial. O desafio agora é aumentar a competitividade dos outros setores.

Os exportadores reclamam da volatilidade cambial. É um problema para o curto prazo?

Essa volatilidade está associada ao fato de o real ter a sua cotação muito sensível aos preços de commodities. Como o Brasil exporta muito commodities, quando os preços delas flutuam, o real também flutua. O governo tem tomado medidas para atenuar essa volatilidade, operando no mercado cambial de compra e venda. O governo vende dólares quando a taxa sobe muito, como foi no final do ano passado. Não neutraliza completamente, mas atenua. Quando o real se aprecia demais, como está acontecendo agora, o governo compra dólares. Essa é a maneira.

Então, não há medidas mágicas?

É um problema da estrutura da economia. As nossas receitas de exportações de commodities flutuam bastante. Há ainda o fato de que, por ser um dos países que melhor atravessou a crise, o Brasil é um candidato natural para receber investimentos. Temos dois fatores que estão fora do controle: a maior demanda mundial por nossos produtos e maior confiança no mundo na nossa economia. Isso faz com que haja o movimento de maior apreciação do real.

A queda do dólar pode se acentuar se houver um rali de aplicações de estrangeiros?

Pode. A política do governo para lidar com isso são operações no mercado de câmbio. O volume dessas operações vai depender do fluxo do mercado cambial. Em 2007, o Brasil fazendo isso acumulou US\$ 80 bilhões. E teve anos em que as reservas ficaram estáveis. A mesma política às vezes dá resultados diferentes. No ano em que entrou muito dinheiro, essa política de atenuar a valorização resultou numa acumulação bem forte de reservas. Em 2008, num ano de crise, resultou numa estabilização ou ligeira queda das reservas.

Qual é o tamanho do problema cambial?

Essa é uma questão central para a evolução da economia brasileira nos próximos anos. E agora, nos próximos anos, principalmente com a descoberta do pré-sal, a questão é como vamos lidar com os efeitos dos fluxos externos sobre a estrutura produtiva. O novo Fundo Social, que está sendo criado com o marco regulatório do pré-sal, está mais capacitado para fazer essa parte externa a partir das receitas do petróleo. Na sua implementação, pode atuar como um instrumento de estabilização financeira e cambial, evitando a volatilidade excessiva, porque permite internalizar só as receitas que o Brasil precisar no momento. Não mais do que isso.

Será preciso um choque de competitividade?

Este governo não gosta de choques. Choque é outro governo. Adotamos medidas graduais. No grupo de acompanhamento da crise (GAC), temos visto nitidamente agora que a grande preocupação é a competitividade. Primeiro porque está entrando muita importação, por que a competição no mundo está mais acirrada. Segundo porque podemos perder mercado externo. O governo tem vários fóruns de competitividade, a estratégia é articulá-los. Não falo de agenda perdida ou achada. Nem falo de reformas. Isso é importante. Mas não é só isso.

É justa a reclamação dos exportadores de que o governo não deu atenção a eles na crise?

Não vejo isso. O governo teve uma atuação no mercado de dólares, o que teve benefícios para todos. A atividade de exportação é uma das preocupações estratégicas do governo.

Não está faltando maior abertura às importações para diminuir a volatilidade do câmbio?

Com essa taxa de câmbio já temos uma grande abertura para as importações, já barateia os produtos importados. Não vejo serem necessárias medidas de curto. prazo nessa direção.

Por que o Brasil saiu relativamente bem da crise?

Porque o governo brasileiro teve uma atuação decisiva para evitar o agravamento da crise no Brasil. Também teve papel crucial em garantir a rápida retomada do crescimento através de medidas expansionistas de política econômica.

O senhor apontaria alguma outra razão para a resistência do Brasil?

O Brasil vinha com um bom ciclo de crescimento antes da crise, puxado pelo investimento. Temos uma grande capacidade produtiva, o que possibilita que, após o efeito de desaceleração do crescimento, se tenha bastante capacidade produtiva ociosa para atender a retomada sem pressão inflacionária. O Brasil hoje está bem posicionado como produtor de bens que têm alta demanda nos próximos anos. Falo principalmente da demanda da Ásia por alimentos, minérios e combustível. Isso dá ao Brasil uma janela de oportunidade em que ele vai ter altas receitas de exportação.

Mas esse modelo de exportação de baixo valor não é uma vulnerabilidade?

Temos possibilidade de receitas pela exportação desses produtos. Não aproveitá-las não seria economicamente defensável. O Brasil já teve fases com alta exportação de bens primários, que viabilizaram a industrialização do País, nos anos 40, 50 e 60. Temos recursos naturais abundantes. Isso nos dá capacidade de exportar o que o mundo hoje demanda e usar essa receita para promover o desenvolvimento tecnológico, a diversificação maior da base produtiva brasileira e investir, principalmente, em capital humano.